

METODOLOGIA ESTIMAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA BAIANA

Os dados do Censo 2006 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – apontam que dos 761.558 estabelecimentos agropecuários da Bahia, 87% são classificados como de agricultura familiar enquanto que os 13% restantes são agricultura não-familiar. Entretanto, apesar de representarem a grande maioria dos estabelecimentos agrícolas do estado, quando se avalia a extensão territorial, apenas 34% das terras são relativas à agricultura familiar.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar, de forma mais precisa, a representatividade do segmento da agricultura familiar dentro do setor agropecuário baiano, bem como em toda a economia estadual, estimando-se a sua participação a sua participação no Valor Adicionado (VA) do setor agropecuário e, por extensão, a sua contribuição no VA total do estado.

Na medida em que se conhece e se disponibiliza indicadores econômicos da agricultura familiar baiana torna-se possível melhor direcionamento dos recursos financeiros e de políticas públicas direcionadas ao segmento agrícola mais vulnerável e que carece de maior apoio do setor público.

O processo metodológico para estimar a participação da agricultura familiar no Valor Adicionado da agropecuária baiana teve como ponto inicial a identificação de produtos e serviços nos estabelecimentos agropecuários, disponibilizados no censo agropecuário 2006. A partir dessa identificação, construiu-se uma estrutura de quantidades produzidas e valor de produção, considerando as classificações “Agricultura familiar e Agricultura não-familiar”, ambas demonstradas nas tabelas do Censo Agropecuário 2006.

Cabe destacar que, sendo essa estrutura construída com base em dados censitários, a mesma permanecerá fixa ao longo dos anos¹, isto é, as participações da agricultura familiar e não-familiar na produção de um determinado produto não serão alteradas ao longo do tempo, até que se tenha disponíveis novas informações censitárias que revelem possíveis alterações.

A estimativa de participação da agricultura familiar no valor adicionado da agropecuária foi realizada tanto para o total do estado da Bahia quanto para os 27 territórios de identidade.

PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO

- Identificação de 334 produtos e serviços nos dados do censo 2006 os quais também são utilizados no cálculo do PIB estadual.
- Identificação dos respectivos valores de produção destes produtos e serviços a partir do ano de 2010².
- Para classificação dos produtos e serviços em familiar e não-familiar, utilizou-se as tabelas do censo 2006, disponíveis na base de dados do IBGE, as quais trazem, dentre outras informações, o valor de produção em 2006 para uma série de produtos os quais estão classificados em produção familiar e não-familiar.

¹ Se, por exemplo, foi identificado no censo agropecuário 2006 que 80% da produção da lavoura temporária ocorre nos estabelecimentos classificados como agricultura familiar enquanto que os 20% restantes estão na agricultura não-familiar, então esta estrutura será mantida para a repartição dos valores de produção obtidos para os anos subsequentes.

² Esses produtos não são classificados entre agricultura familiar e não-familiar, apenas como do setor agropecuário baiano, pois tem como fontes de informação a PAM – Pesquisa Agrícola Municipal –, PEVS – Pesquisa Extrativismo Vegetal e Silvicultura – e PPM – Pesquisa Pecuária Municipal – as quais levam em consideração apenas o total da produção agrícola. Dessa forma, utilizou-se como forma de rateio a estrutura

- Com base nas tabelas da produção familiar e não-familiar³, por produto, construiu-se uma estrutura de participação de produção por tipo de estabelecimento, tanto para o estado da Bahia quanto para os territórios de identidade.
- Para os produtos que foram identificados entre os 334 iniciais, mas que não estavam disponibilizados nas tabelas classificatórias do censo, utilizou-se como proxy a estrutura de produtos similares e, quando da impossibilidade de se fazer esse processo, utiliza-se a estrutura do total da atividade onde está alocado determinado produto. Por exemplo, se o produto “Açaí” não estava na tabela de classificação por tipo de estabelecimento, então buscou-se um produto similar ao açaí que estivesse presente nestas tabelas; se ainda assim não fosse possível obter informação a partir de um produto similar, então utilizou-se a estrutura média de participação da atividade “Lavoura permanente” ou “extração florestal” para definir a estrutura de produção do açaí por tipo de estabelecimento.
- A partir das estruturas criadas repartiu-se o valor da produção de cada produto para os anos 2010-2015⁴, considerando a divisão “agricultura familiar e agricultura não familiar”.
- Para se chegar à participação da agricultura familiar no Valor adicionado é necessário ainda trabalhar com as informações de Consumo Intermediário – CI. O problema é a inexistência de informações de consumo intermediário no nível produto, apenas no nível de atividade. Ou seja, os dados do PIB regional informam apenas o consumo intermediário da atividade “lavoura temporária ou lavoura permanente”, por exemplo. Em função dessa limitação nos dados, utilizou-se, como

centisária de valores de produção e quantidades produzidas pelos estabelecimentos familiares e não-familiares.

³ Lei nº 11 326, de [24 de julho](#) de 2006.

⁴ Com base nos dados do PIB da Bahia para os respectivos anos.

recurso, a estrutura de participação de cada produto dentro do VBP e, a partir dessa informação, repartiu-se o consumo intermediário de cada uma das atividades entre os produtos que fazem parte dessa atividade⁵.

- De posse das informações de valor da produção e consumo intermediário de cada produto, separados por agricultura familiar e não-familiar, obtém-se, por diferença (Valor Bruto da Produção – Consumo Intermediário) a estimativa de valor adicionado total da agricultura familiar e não-familiar.
- Apesar de se trabalhar com uma abertura de 334 produtos, o resultado é apresentado apenas para o conjunto do setor da agropecuária, ou seja, a divulgação remete apenas à participação da agricultura familiar e não-familiar no total do setor agropecuário.
- A estimação para anos que não se tem ainda os dados finais do PIB regional segue o mesmo procedimento, onde se observa a quantidade produzida e evolução de preços para aqueles produtos os quais tem as respectivas informações. Já para os produtos que não tem essas informações, utiliza-se o artifício de obter as quantidades produzidas e preços de produtos similares ou ainda da média de produção e de preços da atividade onde está inserido aquele produto ou serviço.
- As principais fontes de dados utilizadas foram: Censo agropecuário 2006; PIB regional; PAM – Pesquisa Agrícola Municipal; PPM – Pesquisa Pecuária

⁵ Neste caso, supõe-se que o consumo intermediário de um determinado produto é proporcional ao seu valor de produção, isto é, quanto maior for o seu valor de produção, maior será o seu consumo intermediário. Obviamente pode-se incorrer em algum tipo de erro visto que um produto cultivado na agricultura familiar pode ter um consumo intermediário muito maior ou menor que o mesmo produto cultivado na agricultura não-familiar. No entanto, as limitações de informações e mesmo a dificuldade operacional de se investigar toda a estrutura de consumo intermediário de um produto específico, dentro de uma pesquisa que abrange 334 produtos, impõe-nos a utilização desse arranjo matemático.

www.sei.ba.gov.br

Municipal; PEVS – Pesquisa Extrativismo Vegetal e Silvicultura; Conab – Companhia Nacional de Abastecimento; Agrolink; Seagri – Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia.